

Crise russa deixou Brasil vulnerável

Bem que o governo brasileiro tentou resolver seus problemas, mas a fuga de capital fez o País pedir ajuda ao FMI

Regina Alvarez
Da equipe do Correio

Novembro de 1997. O Brasil acabara de lançar um ambicioso pacote fiscal para fazer frente à crise asiática. O mercado recebeu bem as medidas, as reservas do país permaneciam em confortáveis US\$ 52 bilhões, apesar da agitação dos mercados, e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, decidiu então revelar ao jornal argentino *El Clarín* o que pensava de um acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Implicaria perda de soberania do país", declarou.

Novembro de 1998. O governo continua o mesmo. O presidente do BC ainda está no cargo e o acordo com o FMI é anunciado como importante passo para que o Brasil consiga reconquistar a confiança perdida junto aos investidores internacionais, volte a captar recursos externos e retome a trajetória de queda nas taxas de juros.

ESPECULADORES

Por que o governo mudou tanto o discurso e decidiu pedir ajuda ao Fundo? Porque não tinha outra saída. A moratória da Rússia, anunciada em 17 de agosto deste ano, colocou o mundo em sobressalto e o Brasil na mira dos especuladores. Com uma dívida interna de mais de R\$ 300 bilhões e um déficit nas contas públicas de 7% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a R\$ 61 bilhões, o País tornou-se o que os mercados costumam chamar de *bola da vez*, candidato natural a um ataque especulativo.

Tanto na crise da Ásia em outubro de 1997, como em agosto e setembro deste ano, agora motivados pela moratória russa, os investidores agiram como manada. Desconfiados da capacidade de o Brasil honrar suas dívidas interna e externa, deixaram o País em busca de portos mais seguros ou foram buscar mais lucros no exterior aplican-

do nos títulos da própria dívida brasileira, que também perderam valor em consequência da crise de credibilidade. O resultado foi uma perda de reservas recorde de US\$ 22 bilhões em apenas um mês.

O governo primeiro tentou demonstrar tranquilidade dizendo que se tratava de capital de curto prazo, que deixaria o Brasil de qualquer maneira, mas quando a saída líquida de dólares chegou a US\$ 1 bilhão por dia não restou outra alternativa e o Banco Central elevou a taxa de juros para um patamar próximo de 50% ao ano.

Um mês depois da moratória russa, o governo brasileiro admitiu, pela primeira vez, que estava negociando um acordo com o Fundo Monetário. Preocupado com a repercussão negativa que a decisão poderia causar na campanha eleitoral do candidato Fernando Henrique Cardoso, procurou de todas as formas mostrar que desta vez seria um acordo diferente. Um acordo preventivo, explicou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, já que o País ainda dispunha de reservas de US\$ 45 bilhões.

Se, por um lado, a ida ao FMI representava ameaça à campanha eleitoral, por outro, a possibilidade de ajuda externa poderia acalmar os investidores e estancar a saída de dólares, na visão da equipe econômica. A reunião do Fundo, no final de setembro, esquentou as discussões sobre a ajuda internacional, mas desde o início ficou muito claro que o Brasil só receberia um empréstimo do Fundo e de outros organismos internacionais, se assumisse o compromisso de fazer um ajuste fiscal vigoroso nas suas contas, a partir de 1999.

Promessa semelhante havia sido feita em novembro de 1997, no lançamento do chamado *Pacote 51*, para as contas deste ano, mas não foi cumprida por causa das eleições. Ano eleitoral não combina com cortes nos gastos públicos.

O pacote fiscal de outubro passa-

Paulo de Araújo 27-6-96



Franco não queria recorrer ao Fundo Monetário Internacional, mas foi vencido pela desconfiança dos investidores estrangeiros na economia brasileira

do atendeu às exigências do Fundo e o acordo finalmente foi anunciado ontem, depois da divulgação de duas notas conjuntas antecipando fases da negociação, articuladas entre o FMI e o governo exatamente para acalmar os investidores.

ALTERNATIVA

Havia outra saída? Os críticos da cartilha conservadora do Fundo provavelmente vão dizer que sim. O governo acha que não e considera que se foram os anéis, mas ficaram os dedos, ou seja: a política cambial

e a preservação do valor do real frente ao dólar. As turbulências na Ásia mostraram que, em momentos de crise, a desvalorização da moeda é a pior alternativa, pois acaba sendo muito maior do que os governos pretendem. No caso do Brasil, seria o sepultamento do Plano Real e a provável volta da inflação. Empresas endividadas em dólar poderiam quebrar e a recessão e o desemprego se agravarem. Tudo isso bateria forte no bolso dos brasileiros, argumenta o governo.

Mais do que dinheiro novo para

engrossar as reservas internacionais, o acordo com o FMI deve servir para restabelecer a confiança que o Brasil perdeu junto aos investidores internacionais. Como pressupõe um ajuste fiscal significativo nas contas públicas, cujo desequilíbrio é um dos principais fatores que contribuem para a perda de credibilidade do país junto aos mercados, o acordo deve servir para atrair novos recursos externos e criar um clima de tranquilidade que permita a queda dos juros.

Para os brasileiros, que vão ter que

enfrentar a recessão e o aumento do desemprego no ano que vem, decorrentes do próprio ajuste fiscal (que envolve cortes nos investimentos) e dos juros altos, resta como consolo a possibilidade de os juros irem caindo gradualmente ao longo do ano, de forma que permitam uma recuperação da economia sem a volta da inflação. O fato é que com FMI ou sem FMI os sacrifícios não seriam pequenos. O governo apostou que desta vez a receita ortodoxa é o remédio menos amargo. O País torce para que tanto sacrifício não seja em vão.